

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



VIVÊNCIA DE PROFESSORES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO PERCURSO ESCOLAR E NA DOCÊNCIA

Jhulianne Oliveira Santos

UFCAT – PPGEDUC

jhuliannesantos.psi@gmail.com

Dra. Rita Tatiana Cardoso Erbs

UFCAT – PPGEDUC

ritaerbs@ufcat.edu.br

GT2: Políticas Educacionais, história da educação e Pesquisa (auto) biográfica

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por diferenças persistentes na comunicação e interação social, associadas a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2013). A compreensão do autismo evoluiu significativamente, incorporando a noção de espectro e reconhecendo sua ampla diversidade de manifestações. No caso das mulheres, fatores como o mascaramento social e as expectativas culturais contribuem para diagnósticos tardios, situação vivida por muitas professoras que atravessam o sistema educacional tanto como alunas quanto como profissionais.

Apesar de avanços nas políticas de inclusão, o foco recai predominantemente sobre estudantes com TEA, ignorando que docentes neurodivergentes também enfrentam desafios

Realização:



Apoio:



A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



relacionados à sobrecarga sensorial, organização, comunicação e saúde mental. Essas dificuldades, historicamente invisibilizadas, impactam não apenas a qualidade de vida das professoras, mas também sua atuação pedagógica e as relações estabelecidas em sala de aula. Ao mesmo tempo, há uma lacuna de estudos que investigam como esses percursos individuais se articulam com o contexto histórico e social da educação brasileira, especialmente no que tange à experiência feminina no magistério.

Esta pesquisa em andamento busca compreender as experiências de professoras diagnosticadas com TEA, analisando como suas trajetórias escolares influenciaram seu exercício profissional, bem como as barreiras e estratégias desenvolvidas ao longo desse percurso. O estudo ancora-se no diálogo com a História da Educação e na perspectiva (auto)biográfica, reconhecendo a relevância de suas narrativas como fontes para compreender aspectos pouco explorados da docência.

DESENVOLVIMENTO

A concepção de autismo atravessou diferentes campos do conhecimento ao longo do século XX, inicialmente sendo associada a distúrbios psicóticos, até consolidar-se como um transtorno do neurodesenvolvimento. O termo “autismo” foi utilizado pela primeira vez em 1911 pelo psiquiatra Eugen Bleuler, no contexto da esquizofrenia. Contudo, apenas nas décadas seguintes a condição começou a ser compreendida como um quadro clínico específico, distinto da psicose. Destaca-se a contribuição precoce da psiquiatra ucraniana Grunya Sukhareva, que em 1925 publicou uma descrição detalhada de crianças com dificuldades na comunicação social, rigidez de interesses e comportamentos peculiares, características hoje reconhecidas como compatíveis com o espectro autista. Apesar de sua relevância, sua obra foi negligenciada por muitos anos, sendo redescoberta apenas recentemente (Del’Osso et al., 2024; Rippon, 2024).

Realização:



Apoio:



A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



Nas décadas seguintes, o autismo começou a ser entendido como uma condição distinta. Em 1943, Leo Kanner descreveu o autismo infantil precoce como um quadro marcado por dificuldades na construção de relações afetivas, comunicação prejudicada e comportamento rigidamente repetitivo, com grande resistência a mudanças no ambiente. Sua interpretação inicial foi influenciada pelos referenciais psicanalíticos e biomédicos predominantes na época, que atribuíam as condições do desenvolvimento infantil a falhas nas relações afetivas precoces e a déficits em relação ao desenvolvimento considerado típico. Esse contexto contribuiu para o fortalecimento de hipóteses que responsabilizavam os aspectos emocionais e familiares, como a conhecida ideia da ‘mãe geladeira’, que associava a origem do autismo a um ambiente afetivo supostamente inadequado. (KANNER, 1943; FRITH, 2008).

Já em 1944, Hans Asperger apresentou estudos sobre crianças com dificuldades na interação social e na comunicação não verbal, mas com linguagem e habilidades cognitivas preservadas. Seu trabalho destacou aspectos positivos e habilidades peculiares, como talentos específicos e formas originais de pensamento, antecipando discussões que hoje se aproximam do conceito de neurodiversidade (ASPERGER, 1944; ORTEGA, 2009). No entanto, suas contribuições permaneceram pouco conhecidas até serem resgatadas por estudos posteriores, principalmente a partir da década de 1980.

A evolução das classificações diagnósticas reflete as mudanças teóricas sobre o autismo. O *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-III), publicado em 1980, foi o primeiro a reconhecer o autismo como diagnóstico independente da esquizofrenia (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1980). O DSM-IV, em 1994, ampliou essa classificação ao incluir categorias como a síndrome de Asperger e o transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação (PDD-NOS). Esse modelo categorial buscava descrever diferentes apresentações do transtorno, embora enfrentasse críticas quanto à rigidez das categorias e à dificuldade de aplicação prática.

A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



No Brasil, políticas de inclusão como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei nº 12.764/2012 e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) asseguram direitos e garantias voltados principalmente a crianças e adolescentes com deficiência. No entanto, o adulto neurodivergente permanece à margem dessas políticas, sem uma rede de suporte específica. Entre professores, essa lacuna torna-se ainda mais evidente: muitos, ao trabalhar com estudantes com TEA, passam a reconhecer em si mesmos características semelhantes, tanto presentes em sua vida adulta quanto vivenciadas na infância, e acabam buscando um diagnóstico tardio. Apesar disso, não há políticas estruturadas que considerem as necessidades desse público adulto, o que mantém docentes neurodivergentes sem acompanhamento institucional, programas de capacitação adaptados ou medidas de prevenção ao adoecimento mental no magistério.

A pesquisa utiliza metodologia qualitativa, com entrevistas semiestruturadas que permitem às participantes narrar suas vivências como alunas e professoras. A análise temática possibilitará identificar padrões e singularidades, valorizando a perspectiva das próprias docentes. A abordagem (auto)biográfica é adequada por reconhecer que as trajetórias individuais estão imersas em contextos históricos e sociais amplos. Ao resgatar memórias e narrativas pessoais, a pesquisa não apenas documenta experiências, mas também contribui para o entendimento de processos mais amplos da História da Educação, permitindo que vozes historicamente silenciadas sejam reconhecidas como legítimas produtoras de conhecimento.

Ao dialogar com a História da Educação, amplia-se o conceito de fonte histórica para incluir memórias, relatos orais, objetos e documentos pessoais. Esse entendimento permite registrar experiências que não aparecem em fontes oficiais, tornando visíveis práticas, estratégias e obstáculos enfrentados por grupos marginalizados. As histórias de vida de professoras com TEA revelam, por exemplo, formas específicas de lidar com sobrecarga sensorial, construir adaptações didáticas e estabelecer vínculos com estudantes a partir de estilos próprios de comunicação.

Realização:



Apoio:



A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A literatura indica que a presença de docentes neurodivergentes pode enriquecer a educação, oferecendo perspectivas alternativas, criatividade na resolução de problemas e maior sensibilidade às diferenças dos alunos. Entretanto, isso exige condições de trabalho adaptadas, redes de apoio, redução de demandas burocráticas e adequações sensoriais no ambiente escolar. Reconhecer essas necessidades é fundamental para prevenir o adoecimento psíquico, um fenômeno crescente entre docentes brasileiros, e para garantir a permanência e o desenvolvimento profissional dessas professoras.

CONCLUSÃO

Os resultados esperados incluem evidenciar a importância de políticas públicas voltadas também para docentes neurodivergentes, ampliando o foco da inclusão para além do corpo discente. A valorização de suas narrativas contribui para repensar a formação inicial e continuada, as condições de trabalho e a cultura organizacional das escolas.

Ao reconhecer essas experiências como legítimas e relevantes, constrói-se uma concepção de inclusão que não se limita à adaptação individual, mas propõe mudanças estruturais. A presença de professoras com TEA no magistério não deve ser vista como um obstáculo, mas como um recurso para promover uma educação mais equitativa, diversa e sensível às necessidades de todos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. 5. ed. Washington: APA, 2013.

ASPERGER, H. **Autistic psychopathy in childhood**. Archives of Psychiatry and Nervous Diseases, 1944.

BLEULER, E. **Dementia praecox or the group of schizophrenias**. New York: International Universities Press, 1911.

Realização:



Apoio:





23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

KANNER, L. **Autistic disturbances of affective contact.** Nervous Child, v. 2, p. 217-250, 1943.

Realização:



Apoio:

